



Ata dos trabalhos da Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia quinze de janeiro de dois mil e dezesseis, às dezoito horas, quarenta e cinco e minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: José Geraldo Guedes – Presidente e Silvânio Aguiar Silva – Secretário. O Senhor Presidente: “bom dia a todos. Reunião extraordinária, quinze de janeiro de dois mil e dezesseis. Solicito ao Senhor Secretário a chamada dos vereadores presentes”. O Senhor Secretário proferiu a chamada: “boa noite a todos e todas. Vereador Gilson Marques, vereador Flávio de Almeida, Alessandro Luiz Bonifácio, Maria Ângela Dias Lima Pereira, Leci Campos, José Geraldo Guedes e Silvânio Aguiar”. O Senhor Presidente: “sob a proteção de Deus e, em nome do povo novalimense, tendo em vista a existência de quórum legal, declaro aberta esta reunião extraordinária que foi designada especialmente para a apreciação do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito que apura eventual desvio de verbas públicas no Município de Nova Lima, conforme Edital de Convocação. Leitura de correspondências”. O Senhor Secretário proferiu a leitura das correspondências recebidas: 1) “Comunicação Interna nº 001/2016. De: Gabinete Vereador André Vieira. Para: Presidência. Data: 15/01/2016. “Nova Lima, 15 de janeiro de 2016. Venho através desta, justificar a ausência do vereador André Luiz Vieira da Silva na reunião extraordinária que será realizada hoje, dia 15 de janeiro de 2016, às 18h30, por motivo de reunião externa. Atenciosamente, André Vieira Vereador”. 2) Correspondência do Movimento Tarifa Zero. Nova Lima, 15 de janeiro de 2016. Ao Senhor Presidente, com cópia aos demais vereadores. “O ‘Movimento Tarifa Zero-Nova Lima’ composto por vários órgãos de representatividade social, com sede em Nova Lima, vem à presença de Vossa Excelência, questionar e solicitar suspensão imediata do aumento das tarifas



municipais concedido pelo prefeito municipal em 2016 e reabertura da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) do transporte coletivo, para que se investigue os abusivos aumentos tarifários. Assinam este documento: Marcelo Zanforlin Pereira, Diretor da Associação Cultural Roots Project. Marcelino Antônio Edwirges, Presidente do Sindicato dos Mineiros. Érika Fernanda de Souza Ferreira, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos de Nova Lima. Ítalo Leonardo Salvador, Secretário de Juventude do Partido dos Trabalhadores. Thiago Sabino, Presidente da Associação Ação Radical. Carlos Bruno Desidério, Presidente da Associação Ouro Rosa. Marcelo Jardim, Movimento Posse. Fórum Popular de Cultura, Talita de Oliveira Vaz. Felipe Sabóia, Presidente da JCONEM. Téo Garzon, Presidente do PR Jovem. Andrei Felipe de Lucas Cesário, Presidente da União Municipal das Associações Comunitárias. Tatiana Dias, Presidente da Associação Comunitária do Jardim das Américas. Dídulo Roberto, Presidente do Grêmio Cultural e Recreativo Terror Jovem Villa-novense. Maik Flávio da Silva Moura, Presidente do Grêmio Estudantil da Escola Estadual João Felipe da Rocha. Tamara Marques de Araújo Silva, Presidente do Grêmio do Centro Educacional São Tomaz de Aquino. Bianca Alevato Garzon, Diretora do Bloco Carnavalesco Na Contra Mão. Ernandes João Nunes Junior, Presidente da Associação Cultural Setor Sul Crew. Acelmo Assunção, Presidente da UJS Nova Lima. Jobert Fernando, Representante do Movimento de Lutas dos Bairros, Vilas e Favelas – NL. Talita Vaz, Representante do Movimento BeachCame”. O Senhor Presidente: “Leitura de Parecer. A Comissão Parlamentar de Inquérito é composta pelos vereadores: Flávio de Almeida – Presidente, Gilson Antônio Marques – Relator e Alessandro Luiz Bonifácio – Sub-Relator. Com a palavra os membros da Comissão. Qual vereador vai pronunciar primeiro?”. O vereador Flávio de Almeida: “boa noite a todos. Bom, Senhor Presidente,



nesse momento eu vou passar para o senhor o Parecer da Comissão para que o senhor possa fazer a leitura do mesmo”. O Senhor Presidente: “eu passarei às mãos do Secretário para fazer a leitura do Relatório Final”. O vereador Flávio de Almeida: “agora já é Parecer, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “fará a leitura do Relatório, Conclusões Finais”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, Mesa Diretora, vereadores, público presente. Em virtude da leitura do Parecer, o Relatório da Comissão, eu gostaria de solicitar que vossa excelência providenciasse para mim depois uma cópia. Muito obrigado”. O Senhor Presidente: “todos os vereadores receberão o mais rápido possível”. O vereador Gilson Antônio Marques: “está na mão. Daqui a dez minutos vai estar na mão de todo mundo. Está descendo aí”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu solicitaria também, além da leitura do Parecer, eu queria cópia do processo”. O vereador Flávio de Almeida: “a gente vai deixar na caixa e cada vereador se dispõe a tirar porque hoje o vereador Gilson fez, ele mesmo que fabricou as cópias. A gente deixa ali, são quase oitocentas cópias, não é Doutor? Mais ou menos, não é? E cada vereador providencia do bolso próprio para a coisa ficar melhor”. O Senhor Secretário proferiu leitura: “Relatório Final da CPI nº 01/2015. Comissão Parlamentar de Inquérito criada para apurar supostas irregularidades na Prefeitura Municipal de Nova Lima / Minas Gerais, em especial nas Secretarias de Comunicação, Esporte e Lazer, e Educação, nos anos de 2013 e 2014, conforme notificado pelo Jornal O Tempo e investigado pelo Ministério Público, por meio do expediente de nº 12.373/2014. Relator: vereador Gilson Antônio Marques – PSL; vereador Flávio de Almeida, Presidente; Sub-relator: vereador Alessandro Luiz Bonifácio. Considerações Finais: Os vários depoimentos colhidos por esta CPI, bem como os documentos obtidos, revelaram que pesa uma quantidade significativa de



indícios de irregularidades e ilicitudes sobre diversos procedimentos realizados pela Prefeitura Municipal de Nova Lima/MG. Diante do quadro que se apresentou, a partir da apuração dos fatos, se confirmadas as irregularidades, entendemos há indícios de descumprimento dos dispositivos e normas expressos na CF artigo 37, na Lei de Licitação nº 8.666/93, na Lei dos Atos de Improbidade Administrativa nº 8.429/92, bem como no Código Penal Brasileiro. Na esteira do elenco de fatos expostos nesse relatório, entendemos ser necessária e urgente uma ação mais efetiva dos poderes públicos instituídos que resulte no maior controle e fiscalização dos atos praticados pelos agentes públicos. Diante de todos fatos apurados por esta CPI, sugerimos os indiciamentos conforme acima demonstrado. Na oportunidade, cumpre-nos apresentar as seguintes recomendações às instituições elencadas abaixo: Ao Ministério Público Estadual: Que adote todas as medidas judiciais e extrajudiciais a fim de apurar os fatos denunciados no presente relatório. Caso comprovadas as irregularidades, que os envolvidos sejam obrigados a ressarcir o Erário Público Municipal; Que proceda a minuciosa investigação das supostas infrações cometidas pelos agentes envolvidos nos processos irregulares citados ao longo desse relatório, a fim de apurar possíveis descumprimentos a um dos princípios previstos na Constituição Federal, em seu artigo 37, à Lei de Licitação nº 8.666/93, à Lei de Improbidade nº 8.429/92 e ao Código Penal Brasileiro; Que faça o andamento e acompanhamento dos Inquéritos Policiais instaurados para apurar as responsabilidades nos episódios relatados por esta CPI e que ainda estiverem paralisados nos órgãos da Polícia Civil. À Prefeitura Municipal: Que realize uma auditoria nas contas das Secretarias de Comunicação, Cultura, Educação, Esporte e Lazer, e Turismo, a fim de diagnosticar as irregularidades realizadas no período respectivo; Que proceda a abertura de processo administrativo nos casos em que este



procedimento ainda não tenha sido instaurado, ou, já existindo, que dê andamento a estes; Que melhore a forma de fiscalização e controle interno dos atos praticados pelos agentes públicos no Município de Nova Lima/MG, com o efetivo exercício do “órgão corregedor e ouvidor” com poderes para apurar supostas irregularidades, aplicar penalidades e ouvir reclamações, críticas e receber denúncias em cada Secretaria; Que informe à Câmara Municipal, por meio da Presidência, as decisões nos processos administrativos em andamento e relacionados com os fatos narrados por esse relator, a fim de tornar público as irregularidades constatadas (princípio da publicidade dos atos administrativos); Que não emita nenhuma ordem de pagamento de serviços à Pontuer Consultoria e Assessoria Ltda., bem como aos semanários Cultura e Comércio e Nova Lima Times e que foram investigados por esta CPI sobre suspeita de irregularidades; Que informe à Câmara Municipal, por meio da Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas, as decisões nos processos administrativos em andamento e relacionados com os fatos narrados por esse relator, a fim de tornar público as irregularidades constatadas (princípio da publicidade dos atos administrativos). À Mesa Diretora: Que encaminhe o relatório final desta CPI com cópia dos autos para o Ministério Público Estadual e Federal; Que encaminhe o relatório Final desta CPI para a Prefeitura Municipal; Que encaminhe o relatório Final desta CPI para a Polícia Federal; Que encaminhe o relatório Final desta CPI para a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais; Que encaminhe o relatório Final desta CPI para o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais; Que encaminhe o relatório Final desta CPI para o Conselho Estadual de Educação do Estado de Minas Gerais. À Polícia Federal: Que, após o recebimento do relatório final, apure possíveis irregularidades no repasse de verbas da União, notadamente as relacionadas à educação. Ao Ministério Público Federal: Que adote



todas as medidas judiciais e extrajudiciais que julgar pertinentes, a fim de apurar possíveis irregularidades no repasse de verbas da União, notadamente as relacionadas com a educação. Ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais: Que apure os fatos que ainda não foram objeto de análise por aquele órgão. Nova Lima, 12 de janeiro de 2016. Assinaram os vereadores: Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, vereador Flávio de Almeida; Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito, vereador Gilson Antônio Marques; Sub-Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito, vereador Alessandro Luiz Bonifácio”. O Senhor Presidente: “feita a leitura pelo Secretário Silvânio, eu gostaria de fazer um pequeno relato, que a Comissão juntamente com os demais vereadores e a Presidência desta Câmara, nós trabalhamos em conjunto para que os culpados sejam punidos. Eu quero dizer que o ‘Jornal Times’ foi procurado três vezes em Belo Horizonte, três vezes em Nova Lima e os escritórios encontravam-se fechados. Vou ler aqui os endereços: Rua Cláudio Manoel, 237, sala 302, Funcionários, Belo Horizonte, telefone: 3226-3509. Rua Capivari, 288, Serra, Belo Horizonte, Minas Gerais, telefone: 3022-0400, outro telefone: 3223-0248, 3281-6992, 3223-2290. Rua Paraíba, 330, Belo Horizonte, telefone: 3273-7299. Nova Lima Times, Rua Severiano de Lima, 52, Centro, Nova Lima, 34000-000. Então, a gente... Só o ‘Jornal Times’ foi procurado nesses endereços seis vezes e estava com as suas dependências fechadas. Eu, há muito tempo, eu ouço nas ruas de Nova Lima denúncias sobre a Via Ouro, isso não é de agora, que atendem cinco mil alunos diariamente e cobram oito mil passagens. Eu não poderia... Eu vou fazer um pequeno relato, encaminharei também, como Presidente da Câmara, para o Ministério Público. O orçamento do esporte em dois mil e quatorze foi de um milhão e duzentos mil, em dois mil e quatorze gastaram dezesseis milhões. É uma coisa de assustar, não é? Principalmente eu que luto aí na parte de esporte há



cinquenta anos, eu não posso me silenciar. Eu quero parabenizar a Comissão, quero parabenizar os vereadores, principalmente... Eu não posso ler a CPI na sua totalidade porque é muita coisa e eu tenho certeza que o povo de Nova Lima não vai ficar decepcionado. Eu tenho certeza que esta CPI não vai virar pizza, a nossa obrigação a Câmara fez, a Comissão fez. Eu volto a frisar que nos meus vinte e três anos eu já participei de seis CPI's aqui na Câmara, algumas deram resultado, outras não. Espero que esta dê o resultado cem por cento e volto a parabenizar o vereador Flávio, Presidente, o Relator Gilson Marques e o Sub-relator Coxinha, que foram cento e oitenta dias de trabalho. Espero, para finalizar, que realmente os culpados, não tem que amaciar, eles terão que pagar e pagar caro. Obrigado”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem, Senhor Presidente. Eu queria informar aos vereadores e ao público presente que todo o processo da CPI encontra-se na Subprocuradoria da Casa e agora, a partir desse momento, já existe Parecer, então ele torna-se documento público, aquele que tiver interesse e quiser buscar a cópia, está lá. Eu não posso deixar de fazer um comentário aqui, eu acabo de assistir aqui um protesto e até muito bonito, eu nunca tinha visto, mas de fato tiveram que comer a pizza porque todo mundo dizia que esta CPI ia que acabar em pizza e ela não acabou não. A nossa parte foi muito bem feita, com muito orgulho e não pense que isso é fácil não. Não é fácil, é muita pressão, mas graças a Deus, todos os três membros da CPI tiveram dignidade, coragem de enfrentamento e fizemos o que tange a nossa responsabilidade, demais resultados virão aí com certeza dos órgãos que a relatoria juntamente com a sub-relatoria e o presidente acabam de encaminhar o relatório simplificado dessa CPI. Muito obrigado”. O Senhor Presidente: “eu quero dizer que no máximo segunda-feira nós vamos encaminhar para o Ministério Público, nós vamos começar pelo nosso Ministério Público aqui. Anteontem



eu conversei com a Dra. Ivana, eu estou aflito para entregar esta grande responsabilidade da Câmara. Espero que o Ministério Público cumpra as suas funções e acredito, eu sempre acreditei na lei. Algum vereador? Flávio de Almeida com a palavra”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, eu quero agradecer ao vereador Leci Alves Campos, foi nosso primeiro relator, fez um trabalho brilhante...”. O Senhor Presidente: “eu gostaria, eu esqueci aqui do Leci que foi o relator que iniciou, depois pela CPE, ele foi membro e ele deixou o cargo e assumiu o vereador Coxinha pelo fato de ele ter sido o Presidente da CPE. Obrigado”. O vereador Flávio de Almeida: “eu queria agradecer também ao vereador Silvânio, marcou presença em algumas reuniões, vereadora Ângela Lima também esteve presente, vereador presidente da Casa, agradecer ao sub-relator Alessandro Bonifácio, agradecer ao nosso relator vereador Gilson. E dizer que se alguém tiver oportunidade de pegar os documentos para ler, vai ver que realmente foi um trabalho incansável e a gente não tem que dar nome aos culpados não, CPI não é isso não, CPI é fazer levantamento sério com uma empresa séria. Agradecer ao nosso advogado, Dr. Diogo, jovem, mas talentoso, inteligente e capacitado na área jurídica, e agradecer a outra empresa que participou também. E dizer que se as pessoas puderem ler, elas vão ver que o trabalho foi feito com seriedade e acho que em momento nenhum faltou dessa Comissão seriedade. Quando a gente ouve dizer, eu sou aquele mesmo sujeito, a gente ouve muita besteira, quando a gente ouve: ‘cadê os trinta milhões?’. É só pegar os documentos para ler e para entender, não é? Para entender, mas como a reunião ainda está aberta ainda, se alguém tiver uma acusação séria para ser feita, tem que ser séria, não pode ser aquilo que leu no jornal não. A Câmara Municipal é para isso, é para receber as denúncias, mas tem que ter seriedade e nunca faltou seriedade desta Casa, neste trabalho não. Se faltou em qualquer





outro, em qualquer época no passado, neste trabalho não faltou seriedade não. Então, é só agradecer mesmo, agradecer a todos, agradecer ao nosso Jurídico, Dra. Delma, Rúbia, Renata, agradecer a nossa Jéssica, Luiz Sete Irmãos por ter vindo também incansável com o som aí. Então, é isso gente, é um trabalho que foi feito em conjunto. Então, o nosso muito obrigado”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem, Presidente Senhor”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “eu quero fazer uma correção aqui, que o Leci foi substituído pelo vereador Gilson Marques”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem. Sim. O Gilson Marques substituiu o vereador Leci”. O Senhor Presidente: “isso”. O vereador Gilson Antônio Marques: “eu estava esquecendo aqui, eu também queria fazer um agradecimento, os mesmos que o vereador Flávio fez, e só queria uma virgulazinha a mais, vereador, o senhor disse que a gente não tem que dar nomes aos culpados, mas no relatório, na íntegra, não falo Plenário...”. O vereador Flávio de Almeida: “eu falo aqui Gilson. Eu falo em Plenário, não é o papel da Comissão”. O vereador Gilson Antônio Marques: “mas no relatório aí, na íntegra, tem todos os nomes de todos os culpados, muito bem detalhado. Então, é só salientar que a nossa parte, de fato, foi muito bem feita. Muito obrigado”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, eu fui citado. É só para deixar bem claro que a minha participação na CPI foi abortada em virtude de eu ser nomeado presidente da CPE e, de acordo com o Jurídico, se você já está numa comissão, no caso eu já estava na comissão processante, então, eu não poderia participar da comissão parlamentar, foi onde, então, o vereador Gilson fez a substituição e desenvolveu um trabalho ao longo desse período. Nesse período que eu pude ser o relator, eu participei de diversas oitivas na presidência do vereador Flávio e na assessoria jurídica do Dr. Diogo e a gente percebeu que a condução do trabalho era



muito séria, em virtude que as oitivas que eu participei, os envolvidos que foram chamados aqui para responder, pelo menos os questionamentos que foram feitos foram respondidos. Às vezes não responderam porque não foram questionados. E a gente conseguiu fazer uma acareação dos depoimentos e a gente chegou à conclusão que muitos estavam incoerentes. Às vezes, determinada pessoa que dava depoimento entrava em contradição com o que o outro servidor que estava depondo estava falando aqui para a comissão. Eu tenho certeza que todos esses fatos foram citados aqui no relatório, eu vou fazer a leitura aqui do relatório com muita atenção e muito cuidado. E a gente espera que os órgãos que vão receber a cópia desse relatório realmente tomem as providências, como dizemos, as punitivas. E lembrando que eu mais o Dr. Diogo estivemos em Belo Horizonte, no Ministério Público Estadual, e tomamos conhecimento que existe um grupo de promotores que também está fazendo esse trabalho, não é isso, Doutor? Que possa confirmar o que estou falando. Está também fazendo a apuração paralela de todas essas denúncias. Muito obrigado”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem, Senhor Presidente”. Só mais uma coisinha que eu estava me esquecendo aqui. Quando entrou a CPE nesta Casa e logo em seguida foi arquivada, eu fiz um discurso aqui que eu estava votando pelo arquivamento da CPE porque ela continha quase que na totalidade todas as denúncias que estavam dentro da CPI, apenas o direcionamento dela seria de outra forma, a CPE cassa e a CPI investiga, só isso a diferença. Mas, de fato, está comprovado aí que tudo aquilo que estava lá na CPE está aí dentro da CPI, nesse relatório que está na mão de Vossa Excelência. Muito obrigado”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu quero também cumprimentar os vereadores Flávio de Almeida, vereador Gilson Marques, vereador Alessandro Luiz Bonifácio pelos trabalhos; cumprimento também o vereador Leci, que



em algum momento participou desse processo; cumprimento o advogado, o Dr. Diogo, aqui presente conosco hoje, que com certeza assessorou e deu todo suporte; assim como também os funcionários da Casa, o corpo técnico desta Casa que nos ajudou nesse trabalho. Bom, eu quero dizer que eu não tenho como... Tem algumas coisas que eu penso que eu tenho que ler isso aqui porque é um relatório, realmente, muito grande. À época da CPI, eu dizia que eu sentia falta de uma quebra de sigilo bancário e telefônico dos envolvidos, eu não sei se isso foi pedido e também não quero discutir isso nesse momento aqui agora. Mas eu quero evocar aqui, eu acho que não é momento para isso, evocar o prefeito municipal quando a gente sabe, por exemplo, que o Jornal Nova Lima Times é um jornal que tem uma pessoa ligada e muito ligada a ele na Administração Municipal, exercendo seus trabalhos normalmente. E quando a CPI emite esse parecer para a Administração, o que a gente espera da Administração é que ela, de fato, aja porque, senão, não resolve nada. Se o prefeito não fizer uma apuração disso aqui, fizer tudo o que a gente, de certa forma, está colocando aqui, foram cento e oitenta dias, como diz o vereador Flávio de Almeida, foram jogados pelos ares porque isso precisa ser apurado. Também acho que não cabe, mas amanhã eu vou fazer isso, pedir à Administração que nos informe, já que ela deve tantos prestadores de serviço, que nos informe quanto que a Administração Pública deve ao Jornal Cultura e Comércio... Amanhã não tem jeito, não é? Obrigado pela lembrança. Quanto que a Administração deve ao Jornal Cultura e Comércio, Nova Lima Times e aos envolvidos na CPI, e acho que tem aqui uma vacância nesse texto porque, de fato e de verdade, a prefeitura não deve nada para essas entidades, não é mesmo? Já que tem uma empresa que presta serviço para o município e que faz o repasse para essas entidades. Então, eu acho que essa recomendação teria que ser... Isso é como uma crítica, mas é uma crítica



construtiva, mas tinha que ser mais substancial, uma vez que a prefeitura não pagou para nenhuma dessas empresas, com toda certeza, ela pagou para uma... Oi?”. O vereador Gilson Antônio Marques: “concede um aparte, senhor vereador?”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “concedo. Concedo sim o aparte”. O vereador Gilson Antônio Marques: “dentro da fala do senhor mesmo, acho que o senhor só está invertendo a ordem dos valores aí. Nós... A CPI já fez tudo o que ela tinha que fazer. Não sei se o senhor está lembrado, aí está recomendando Polícia Federal, Polícia Civil, Ministério Público, Tribunal de Contas. Então, essa parte sub... aí... A palavra fugiu aqui. A sequência disso aí, eu vou falar aqui porque fugiu a palavra. Essa parte, a sequência desse trabalho é com esses órgãos. Nós não temos autonomia para pedir sigilo bancário, mas a Polícia Federal tem, certo? O Ministério Público tem de acionar o Judiciário e pedir. Então, a nossa parte foi bem clara aí, ela...”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “bom, vereador, questão de interpretação da lei, eu acho que a CPI tem sim condição de pedir quebra de sigilo bancário e telefônico, mas eu respeito o trabalho do senhor, eu acho que o que foi feito aqui foi muito e representa um ganho muito grande do ponto de vista de investigação. E volto a frisar, o advogado tentou me dar uma explicação aqui, mas ela realmente não pertence porque a prefeitura não paga para estas empresas, a prefeitura paga para uma prestadora de serviço e essa vai e repassa o dinheiro para essas empresas. Então, seria interessante a gente entender quanto que a prefeitura deve e se deve para essas empresas porque pode ser uma recomendação inócua, se a prefeitura não deve nada para eles, não vai liberar ordem de pagamento nenhuma porque muito possivelmente a empresa que ganhou a concorrência para a agência recebe isso e faz só o repasse. De qualquer maneira...”. O vereador Gilson Antônio Marques: “o senhor me dá mais um apartezinho?”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “lógico, claro”. O



vereador Gilson Antônio Marques: “só o Nova Lima Times empenhado ele recebeu oitocentos mil reais dessa agência, oitocentos mil reais. Vale ressaltar que por dezenove meses de serviço dividido por quatro semanas, onze mil por semanário”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “vereador, mas é justamente isso que eu estou dizendo”. O vereador Gilson Antônio Marques: “então, eu só estou falando para o senhor ver que a CPI está muito bem feita”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “não, eu acho que a CPI fez o certo. Eu só estou dizendo o seguinte, aqui pediu que corte a ordem de pagamento ou que suspenda ou que não faça ordem de pagamento para essas empresas. Só que a prefeitura não faz ordem de pagamento para essas empresas, a prefeitura faz ordem de pagamento para uma agência de publicidade e essa agência repassa”. O vereador Flávio de Almeida: “o senhor me concede um aparte?”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “concedo”. O vereador Flávio de Almeida: “deixa eu explicar, a CPI tem o poder de pedir a quebra. Ela não tem... Nós não tivemos elementos, entendeu? E quando o senhor cita que deve ser notificada a empresa, a empresa que vai efetuar o pagamento, a gente terminou o texto exatamente assim porque a empresa que recebe da prefeitura para efetuar o pagamento, ela também está citada e encaminhada ao Ministério Público. O senhor entendeu? O senhor vai ver que a empresa que deve efetuar o pagamento, vai receber da prefeitura, ela foi citada também. Citada e junto aí, encaminhada ao Ministério Público”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “eu, mais uma vez, vou dizer que como não li, então eu acho que não é interessante, de repente... Foram só observações mesmo que, com certeza, com o tempo, a justiça vai dizer. E, com certeza, mais uma vez, parabênizo o trabalho da Comissão pelos atos que fizeram e pelo avanço no sentido de investigar os erros e as impontualidades das empresas que prestaram serviço para a prefeitura”. O Senhor Presidente: “eu queria, em cima da fala do vereador



Silvânio, dizer que a prefeitura indica quais jornais que publicarão as matérias. É através da agência, mas é a prefeitura que indica. Algum vereador?”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, questão de ordem”. O Senhor Presidente: “gostaria de usar a palavra? Vereadora Ângela Lima com a palavra”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, demais vereadores, eu gostaria de cumprimentar a Comissão Parlamentar de Inquérito que durante esses cento e oitenta dias se debruçou nos fatos e buscou respostas, as respostas estão aqui. Eu também não vou opinar agora porque eu gostaria de ler todo o relatório, mas uma coisa é fato, não é? Quando você não deve você não teme. Então, eu acho que o trabalho foi feito, bem feito. Parabenizá-los e dizer que a gente não está aqui para brincar, mas sim para prestar um serviço para a comunidade de Nova Lima. Parabéns a vocês e toda a equipe que trabalhou diretamente nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. Obrigada”. O vereador Flávio de Almeida: “questão de ordem, Senhor Presidente. Bom, Senhor Presidente, o nosso trabalho foi feito e entregue à Casa, não é? E agora a Casa tome os procedimentos de encaminhar ao Ministério Público. E eu gostaria também de agradecer à Polícia Militar, à Guarda Municipal que acompanharam os cento e oitenta dias da comissão”. O vereador Gilson Antônio Marques: “bem lembrado”. O vereador Flávio de Almeida: “à Renata, que eu tinha esquecido também, e à TV Banqueta que esteve aqui presente e os jornais da cidade também que acompanharam todas as sessões, não é? E viu a lisura do nosso trabalho. E acredito eu que nesses anos de Câmara Municipal, desde Cabral para cá, foi a única CPI que funcionou. Então... Obrigado, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “mais algum vereador? Eu gostaria de agradecer aqui o Doutor...”. O vereador Gilson Antônio Marques: “Senhor Presidente, antes de o Senhor prosseguir a fala, um minuto?”. O Senhor Presidente: “com a palavra o vereador



Gilson Marques”. O vereador Gilson Antônio Marques: “só queria recomendar ao Senhor, como Presidente da Casa, que solicitasse da TV Banqueta os áudios das reuniões da CPI e anexasse ao relatório, por gentileza”. O Senhor Presidente: “será atendido. Quero agradecer e muito o jovem Dr. Diogo Dias Vieira pelo seu comportamento isento. O Dr. Diogo é uma pessoa muito séria e apesar de ter concorrido com vários, várias empresas, ele ganhou a licitação e foi muito bom conviver com o senhor. O senhor é uma pessoa muito educada, uma pessoa competente. O escritório do senhor eu conheço, muito competente. Então, é somente agradecer. Agradecer aos funcionários que contribuíram também nesses cento e oitenta dias com a Comissão, agradecer à Guarda Municipal, agradecer à Polícia Militar pela cobertura, agradecer aos órgãos de imprensa que estiveram aqui o tempo todo, que na minha opinião é o maior fiscalizador. É lógico que todos os meios têm os honestos e desonestos, então a imprensa presta um grande serviço para o nosso Brasil, se não fosse a imprensa o Brasil estaria pior ainda, na minha opinião”. O vereador Gilson Antônio Marques: “eu quero fazer mais um comentário, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “o senhor está com a bola cheia, o senhor pode fazer o que o senhor quiser”. O vereador Gilson Antônio Marques: “eu quero dizer que eu olho para o Plenário, para a galeria hoje e não vejo nenhum morador manifestante daquela região de cima, que veio brigar pelo IPTU”. O Senhor Presidente: “bem lembrado”. O vereador Gilson Antônio Marques: “certo? Com uma reunião tão séria, tão séria, de interesse de cada canto dos quatrocentos e quarenta e oito milhões de metros quadrados que Nova Lima tem, mas não tem nenhum representante ali. Mostra mais uma vez, mais uma vez, que o único interesse deles é não pagar para morar, é morar bem e pagar nada, ou seja, morar de graça, mais uma vez. Muito obrigado”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “o senhor me concede



um aparte, vereador?”. O vereador Gilson Antônio Marques: “toda”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “eu também senti falta deles e senti falta deles, inclusive, na manifestação contra a Tarifa Zero. Por que, por que eles não vieram também manifestar? Por que eles não engrossaram também a questão da passagem? Mas eu acho que é porque eles não precisam de andar de ônibus, eles não precisam de andar de lotação, não é? Mas eu senti falta deles na passeata, eu senti falta deles”. O vereador Gilson Antônio Marques: “vereadora, eu fiz uma matéria hoje, está no semanário Banqueta, respondendo algumas coisas que eles falaram na semana passada; lá eu digo isso, realmente, eles não vão preocupar com ônibus, eles nem sabem que existe ônibus. Eles têm dinheiro para pagar polícia, tem dinheiro para pagar segurança, tem dinheiro para pagar... Polícia eu estou dizendo segurança, não é? Polícia não se compra, polícia é o Estado que paga, corrigindo aqui a fala. Eles têm dinheiro para pagar segurança, eles têm dinheiro para pagar táxi, eles têm dinheiro para pagar limusine, eles têm dinheiro para tudo, eles não precisam...”. O Senhor Presidente: “avião, avião”. O vereador Gilson Antônio Marques: “então, para quê? Foi feita uma pesquisa, cinquenta, sessenta por cento dos proprietários de aviões particulares moram ali, certo? Então, quer dizer, eles não precisam de passagem não. Nós estamos... Se depender deles, está é todo mundo a pé. Inclusive com uma CPI dessas, de grande importância, não tem um aí. É só mesmo de interesse deles. Muito obrigado”. O Senhor Presidente: “eu já... Para finalizar, eu pedi ao Roberto Rabello, da Comunicação, nós vamos fazer, a Câmara, uma matéria rebatendo as críticas que eles fizeram à Câmara. Capa do Belvedere dessa semana, dizendo que nós votamos sob pressão, nós não votamos os aumentos dos impostos porque eles vieram aqui, ao contrário, antes de eles comparecerem em duas sessões, já estava decidido que a Câmara votaria contra o aumento. Então, eu... Há muito tempo





que esse pessoal vem denegrindo a Câmara e nós não podemos, de maneira alguma, abaixar a cabeça para eles. Se eles quiserem botar dez, cinquenta candidatos, têm todo o direito, mas querer denegrir quem está trabalhando, nós não podemos abaixar a cabeça. Para encerrar, a Mesa Diretora da Câmara cumprirá as solicitações da Comissão conforme relatório, e prometo que segunda-feira nós vamos cair em campo. CPI não foi criada para perseguir ninguém, CPI não é perseguir ninguém, A ou B, CPI é para apurar as irregularidades que, na minha opinião, são muitas na prefeitura. Nós, vários vereadores, já fomos lá no prefeito e mostramos para ele e, realmente, ele não deu ouvidos. Eu quero dizer que não tenho nada contra o secretariado do prefeito, mas o prefeito deveria ter dispensado alguns Secretários dele, que a cidade sabe que andaram o tempo todo errado. Encerramento, agradecemos a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declaro encerrados os trabalhos, boa noite”.

---